

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 28/07/2015 - Edição 1320

Governador de Manaus faz manobra e tenta mais uma vez substituir vigilantes armados por agentes de portaria



Caso o governador insista no edital, vigilantes farão paralisação de advertência. Atividade já foi aprovada em assembleia realizada no dia 22 de julho

Após suspender edital que pretendia trocar os vigilantes armados que prestam serviço para o Estado por agentes de portaria, o governador do Amazonas, José Melo de Oliveira, lançou outra publicação na última quarta-feira (22). Desta vez a intenção é contratar, além dos porteiros, motoristas para suprir a necessidade do setor. Para o Sindicato dos Vigilantes de Manaus isso não passa de manobra e pode tirar mais quatro mil empregos.

Nesta segunda-feira (27) o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Manaus, Valderli Bernardo, participou de reunião na secretaria de Planejamento para debater o assunto. Segundo Bernardo, os representantes dos trabalhadores já condenaram o investimento do governo na insegurança. Isto porque, no ano passado, já houve redução no

quadro de vigilantes armados e, em 2015, diminuiu mais 20%.

“Com a falta de segurança tomando conta de Manaus esta é uma atitude desgovernada do governador. Ele precisa encontrar outro meio de ‘queimar gordura’ que não seja colocando em risco toda a população”, afirmou.

Nova reunião com o secretário de Planejamento, Tomaz Nogueira, está marcada para quarta-feira (29). Nesta terça-feira (28) ele deve se reunir com as empresas que prestam serviço ao Estado para debater o tema.

“De qualquer forma, já temos uma paralisação aprovada pela categoria. Ainda não há data, pois depende do resultado dessas reuniões. Mas, no momento que percebermos que vamos ser prejudicados, convocamos os vigilantes e paramos tudo”, avisou Bernardo.

Vigilantes reafirmaram disposição de luta durante confraternização

Em um evento promovido pelo Sindevam no último sábado (25), milhares de vigilantes reafirmaram o compromisso com as lutas lideradas pelo Sindicato. Para o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, a festa teve sua missão cumprida. “Foram quase cinco mil pessoas preocupadas com seus empregos renovando sua disposição de lutar para garanti-los”, afirmou.

Além de Boaventura, também participaram do evento representando a CNTV o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Rondônia, Paulo Tico, e o diretor Financeiro da entidade, Marinor Gomes de Souza Filho.

Fonte: CNTV

Reunião dos Vigilantes discute melhorias em normas de segurança dos trabalhadores



Para Amaro, presidente do Sindicato, a participação dos vigilantes nas reuniões é fundamental para que a categoria avance cada vez mais

No último sábado (25) o Sindicato dos Vigilantes de Barueri realizou nova reunião com os trabalhadores, desta vez, para discutir cláusulas da Convenção Coletiva referentes às condições de trabalho necessárias para a garantia da segurança do profissional.

Neste sentido, foram abordados os seguintes temas: constituição de SESMT (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho) comum pelas empresas de vigilância privada, que consiste na implantação de uma série de ações que assegurem a proteção da saúde e vida dos trabalhadores, através da implantação de programas de prevenção de acidentes e doenças;

estabelecimento de medidas eficazes de controle de qualidade de coletes à prova de balas e uso adequado de uniforme.

“Foi uma das reuniões mais positivas que tivemos até agora, na qual foram discutidas propostas de alterações nas cláusulas 53ª e 54ª, que atualmente trazem prejuízos para os trabalhadores, para maior promoção da segurança da categoria”, contou o presidente do Sindicato, Amaro Pereira.

Amaro Pereira também reconhece a importância da participação dos trabalhadores nas reuniões mensais para a conquista de mais melhorias à categoria. “Estou muito satisfeito com o aumento da presença dos

trabalhadores em nossos encontros. O trabalhador vem mostrando seu compromisso de lutar pelo melhor futuro da categoria e, uma prova real que estamos no caminho certo, é que já estamos conseguindo construir uma pauta única que atenda suas necessidades em geral”, conclui.

A próxima reunião no Sindicato acontece no dia 29 de agosto, a partir das 9h, e discutirá os seguintes temas: assistência médica e hospitalar, auxílio-funeral e seguro de vida. “Esperamos a todos no nosso próximo encontro, rumo ao avanço da Campanha Salarial”, ressalta Amaro Pereira.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri



Agora é lei: Bancos terão que dar maior segurança a clientes em Várzea Grande



A lei nº 4.091/2015, de autoria do vereador Ivan do PT, versa sobre a segurança das agências bancárias e a qualidade de atendimento ao consumidor. A lei em questão altera a redação do artigo 1º da Lei nº 3.403/2009 e acrescenta o artigo 2º, 3º, 4º, bem como, seus respectivos incisos, alíneas e parágrafos.

Ela obriga as agências bancárias localizadas no município de Várzea Grande, instalarem biombos ou estrutura similar de dois metros entre a fila de espera e os caixas das agências, bem como na área dos terminais de autoatendimento, o que proporciona segurança nas operações bancárias e privacidade

dos clientes.

Outros quesitos também da referida lei propõe que os espaços devem ser observados pelos vigilantes e controlados pelas câmeras de filmagem, visando impedir a visualização das operações por terceiros. A lei também determina a instalação de divisórias opacas e com altura de dois metros entre caixas eletrônicos, para garantir a privacidade dos clientes durante suas operações bancárias.

Já o parágrafo III do artigo 2º diz que o sistema de monitoração e gravação eletrônicas de imagens, “sistema a ser instalado nas dependências internas da agência e

externas”, deve compreender todos os ângulos. Também enfoca que “o sistema de gravação de imagens deve ser em tempo real, através de circuito fechado de televisão, interligado com central de controle fora do local monitorado”.

Outros itens da lei estabelecem que os vigilantes não podem exercer nenhuma outra atividade no interior da agência, que não seja voltado à segurança da agência e dos clientes. Os profissionais da área também deverão usar colete de bala nível 03, portar arma de fogo e arma não letal autorizada, além de dispor de assento apropriado e escudo de proteção.

As agências bancárias terão prazo de 180 dias, a contar da publicação (24/julho), para cumprir as exigências dessa lei. A agência que infringir algum dos itens dispostos na lei ficará sujeito a uma série de penalidades, com multas e até interdição do estabelecimento bancário.

Fonte: Cenário MT

Assaltos a banco crescem em São Paulo



Os assaltos a bancos cresceram neste ano no estado de São Paulo e na capital paulista, segundo dados divulgados pela secretaria de segurança pública nesta segunda-feira 27. Na cidade, essa modalidade de roubo teve aumento de 23% (de 38 para 47) no primeiro semestre, em comparação com mesmo período de 2014. No estado, a alta foi de aproximadamente 2% (de 89 para

91).

Considerando apenas o mês de junho, houve aumento de dois casos no estado (de 11 para 13) e de um caso na capital (de 6 para 7). O secretário jurídico do sindicato, Carlos Damarindo, aponta a falta de investimento dos bancos e do Estado em segurança, bem como o descumprimento da lei que a regulamenta para estabelecimentos

financeiros.

Um exemplo é o assalto ocorrido na segunda-feira 13 de julho, em uma agência localizada na zona leste da capital paulista. A unidade bancária não tem porta de segurança com detector de metais antiga reivindicação do movimento sindical. Além disso, os ladrões conheciam a rotina do tesoureiro e do gerente geral. Ambos detêm as chaves e, por isso, foram rendidos e ameaçados. O movimento sindical reivindica que a abertura seja feita remotamente.

O aumento do número de roubos infelizmente atesta o que nós denunciamos há anos, critica Carlos Damarindo. Por parte do estado não há investimento adequado em inteligência e em investigação, e os bancos, além de descumprirem a lei, ainda por cima aplicam pouco

em medidas de segurança dos lucros bilionários que ganham em cima da exploração da sociedade. Este quadro comprova o descaso do Estado e dos bancos com a vida dos cidadãos, acrescenta o secretário jurídico do Sindicato.

Apenas 6% Segundo dados do Dieese com base nos balanços dos bancos, Itaú, BB, Bradesco, Caixa e Santander apresentaram lucros de R\$ 60,3 bilhões em 2014. Já as despesas com segurança e vigilância somaram R\$ 3,7 bilhões, o que representa média de 6,1% em comparação com os lucros auferidos.

Além da escassez de investimentos,

os bancos seguidamente desrespeitam a lei federal 7.102/83, que regulamenta a segurança para estabelecimentos financeiros e estabelece normas para as empresas particulares de vigilância e de transporte de valores.

No ano passado, a Polícia Federal aplicou multas contra 21 bancos, no total de R\$ 19 milhões, durante as reuniões da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (Ccas). Na avaliação do movimento sindical, a lei, que tem mais de 30 anos, está defasada diante do crescimento da violência e da criminalidade.

CAT Passadas duas semanas do roubo da agência citada acima,

o Itaú ainda não disponibilizou a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) aos funcionários da unidade bancária.

É obrigação do empregador emitir o documento que tem a finalidade de reconhecer um acidente de trabalho como é o caso de um assalto, ou de uma doença ocupacional. A CAT é importante para que o INSS reconheça o nexo técnico, ou seja, que uma eventual doença ocasionada pelo trauma como uma síndrome do pânico, comum em casos de assaltos tenha sido originada no desempenho das funções laborais.

Fonte: Seeb-SP

Paulo Paim quer ampliar direitos de trabalhadores terceirizados



Senador Paulo Paim (PT/RS)

Depois de visitar 11 estados e se reunir com representantes das centrais sindicais, dos empresários e do Judiciário, o senador Paulo Paim (PT-RS) começa a elaborar uma proposta alternativa ao projeto da terceirização aprovado na Câmara em abril (PLC 30/2015). Paim defende a rejeição do texto definido pelos deputados, que permite a contratação de empresa terceirizada também nas atividades-fim, e novas regras apenas para os atuais 12,5 milhões de trabalhadores terceirizados do país.

- Se nós assegurarmos para os hoje terceirizados os mesmos direitos daqueles que estão na empresa matriz, resolvemos a situação sem mexer nos direitos dos 50 milhões que estão na atividade-fim, que a terceirização não atingiria - explica o senador, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta do senador deve prever a "responsabilidade solidária", situação na qual a empresa que subcontrata os serviços deve pagar pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas pela empresa contratada, em caso de inadimplência.

O projeto também deve garantir o mesmo piso salarial dos empregados da contratante para os terceirizados, que ficariam sujeitos ao mesmo acordo ou dissídio coletivo.

O texto deve incluir ainda regras de segurança do trabalho, com a oferta de treinamento e de equipamentos de proteção iguais a terceirizados e empregados diretos da empresa. Segundo dados do Ministério do Trabalho, citados pelo senador, de cada dez acidentes nas empresas, oito envolvem terceirizados. Proporção semelhante é verificada nas mortes no trabalho.

Paim também pretende proteger a atuação dos sindicatos e mecanismos de proteção contra abusos. De cada 100 ações na Justiça, 80 são de trabalhadores terceirizados, segundo o senador.

- Eles são despreparados, recebem baixos salários e não têm expectativa de promoção na carreira. Com contratos superfaturados, na maioria - afirma.

Debates nos estados

O senador pretende visitar todos os estados para discutir a terceirização. Nesta semana, esteve no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Na próxima quarta-feira (29), haverá audiência na Assembleia Legislativa de Manaus e depois em Roraima e Piauí.

Devem ser realizadas ainda cinco audiências regionais e um grande encontro nacional. A ideia é apresentar um relatório final sobre os debates, na CDH, em 2016.

- É preciso fazer uma discussão profunda sobre a questão. Esse projeto da Câmara revoga tudo aquilo que foi construído até hoje com muito sangue, suor e lágrima e está garantido na CLT e na Constituição. Nem a ditadura militar teve a ousadia de fazer um projeto tão perverso para o universo dos trabalhadores brasileiros. Por isso, ele tem que caminhar para a rejeição.

O PLC 30/2015 deve passar por quatro comissões temáticas no Senado, entre elas a CDH, antes de seguir para votação em Plenário.

Fonte: Agência Senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Priscilla Beine Abdelaziz

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF